

O COOPERATIVISMO PARANAENSE COMO FATOR INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO SEU IMPACTO SOCIOECONÔMICO NO ESTADO DO PARANÁ

PARANÁ STATE COOPERATIVISM AS AN INDUCING FACTOR OF REGIONAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF ITS SOCIOECONOMIC IMPACT IN THE STATE OF PARANÁ

Salatiel Turra

Economista. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Atualmente é discente na Pós-Graduação em Economia Rural na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Analista de Desenvolvimento Técnico do Sistema Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná).

E-mail: salatielturra@gmail.com

Lucir Reinaldo Alves

Economista. Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Professor adjunto do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da Unioeste/Toledo e investigador colaborador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) da Universidade de Lisboa (ULisboa) -PT.

E-mail: lucir.alves@unioeste.br

Grupo de Trabalho (GT): <<GT07. Desenvolvimento rural, territorial e regional>>

Resumo

Este estudo científico tem como objetivo analisar a influência das cooperativas paranaenses no desenvolvimento regional, utilizando o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) como medida de avaliação do desempenho dos municípios. Foi identificado que as cooperativas do ramo agropecuário e de crédito são as que mais contribuem para o desenvolvimento regional, por meio da geração de emprego e renda, fortalecimento da economia local e promoção da inclusão social. Os resultados obtidos evidenciam que o cooperativismo paranaense é de fato um indutor do desenvolvimento regional, reforçando a importância das cooperativas como agentes de transformação social e econômica.

Palavras-chave: Cooperativismo, Desenvolvimento, Região, Social e Econômico.

Abstract

This scientific study aims to analyze the role of cooperative societies in Paraná State in regional development, using as methodology the Regional Development Index (IDR) as a measure to evaluate the performance of municipalities. It was identified that agricultural and credit cooperatives are the ones that contribute the most to regional development, through job and income generation, strengthening of the local economy, and promotion of social inclusion. The results obtained demonstrate that cooperative societies in Paraná are indeed a driver of regional development, reinforcing the importance of cooperatives as agents of social and economic transformation.

Key words: Cooperativism, Development, Region, Social and Economic.

1. Introdução

O cooperativismo é um modelo socioeconômico que objetiva integrar e desenvolver as atividades econômicas de uma determinada região, promovendo a geração de emprego e renda, bem como a melhoria da qualidade de vida da população local. Nesse sentido, o presente estudo visa analisar se o cooperativismo paranaense influencia o desenvolvimento regional onde está localizado.

De acordo com Bercovitz *et al.* (2015), o cooperativismo é uma forma de organização econômica e social que se baseia na cooperação entre seus membros, os quais são proprietários e gestores da cooperativa. Além disso, segundo Reis *et al.* (2018), as cooperativas podem ser consideradas como um dos principais instrumentos para o desenvolvimento regional, pois sua atuação gera externalidades positivas para a comunidade local, como o fortalecimento da economia regional e a promoção da inclusão social.

No caso do Paraná, estado que é reconhecido como um importante polo de cooperativismo no Brasil, as cooperativas têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento regional. Conforme destacado por Santos *et al.* (2017), o cooperativismo paranaense se destaca pela sua capacidade de gerar emprego e renda, bem como de promover a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. No entanto, apesar desses benefícios, é importante analisar se o cooperativismo é de fato um indutor do desenvolvimento regional no estado, a fim de se compreender melhor o seu impacto na sociedade local.

Considerando o papel do cooperativismo no contexto econômico e social, este estudo tem como objetivo analisar se as cooperativas paranaenses são indutoras do desenvolvimento regional, a partir da análise das externalidades positivas geradas por essas organizações na região. Para tanto, será utilizado o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) como medida de avaliação do desempenho dos municípios, que serão classificados em um *ranking* segundo critérios previamente estabelecidos. Além disso, serão apresentadas as principais ações das cooperativas do ramo agropecuário e de crédito, de modo a identificar suas contribuições para o desenvolvimento regional. Dessa forma, busca-se contribuir para o debate sobre o papel do cooperativismo na promoção do desenvolvimento econômico e social, especialmente no contexto paranaense.

2. Desenvolvimento Regional

A literatura sobre desenvolvimento regional é vasta e diversificada, contendo diversas perspectivas e abordagens teóricas. Entretanto, em geral, pode-se entender o desenvolvimento regional como um processo de mudança estrutural que busca transformar a economia e a sociedade de uma região específica, com o objetivo de aprimorar as condições de vida da população local.

De acordo com Hirschman (1958), o desenvolvimento regional deve ser equilibrado e sustentável, mas trata-se de um processo complexo que envolve múltiplos fatores, como a disponibilidade de recursos naturais, a infraestrutura, a formação de capital humano e a capacidade de inovação. Assim, é essencial ter uma abordagem integrada que leve em conta todas essas dimensões.

Alguns autores defendem que o desenvolvimento regional pode ser impulsionado por fatores como a exploração de recursos naturais, a inovação tecnológica, a integração com outros mercados e a diversificação da economia. Outros autores destacam a importância das políticas públicas para o desenvolvimento regional, como a oferta de serviços públicos, a melhoria da infraestrutura, a capacitação da mão de obra local e a promoção de parcerias público-privadas.

De acordo com Torre (2012, p.14), desenvolvimento regional "(...) é um processo que visa a criação de condições para que as diferentes regiões de um país possam utilizar seus recursos naturais, humanos e culturais de forma equilibrada e sustentável, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades territoriais." Já Andrade (2010, p.32) afirma que "(...) pode ser entendido como um processo dinâmico e complexo, que envolve a interação entre as atividades econômicas, as instituições e as comunidades locais. Nesse sentido, é fundamental considerar as particularidades de cada região, suas potencialidades e limitações, para que se possam estabelecer políticas e estratégias de desenvolvimento mais efetivas." E Souza (2015, p.24) destaca que é "(...) um processo de transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas de uma determinada região, visando a promoção do bem-estar da população e a redução das desigualdades regionais. Para que esse processo seja efetivo, é necessário que sejam criadas condições favoráveis à inovação, ao empreendedorismo e à participação ativa das comunidades locais."

2.1. O caso do Paraná

O Paraná é um estado brasileiro que possui grande diversidade econômica e geográfica. Segundo Tocchetto e Custódio (2018), o Paraná passou por um processo de industrialização a partir dos anos 1950, com a implantação de grandes indústrias, como a automobilística e a de papel e celulose. Esse processo contribuiu para o crescimento econômico do estado, mas também gerou desigualdades regionais.

Nesse sentido, é importante considerar as particularidades de cada região do Paraná, suas potencialidades e limitações, para que se possam estabelecer políticas e estratégias de desenvolvimento mais efetivas. Segundo Reis e Martins (2018), o desenvolvimento regional deve ser entendido como um processo que visa a criação de condições para que as diferentes regiões de um país possam utilizar seus recursos naturais, humanos e culturais de forma equilibrada e sustentável, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades territoriais.

As cooperativas têm um papel importante no desenvolvimento regional do Paraná, principalmente no setor agropecuário. Segundo Custódio *et al.* (2018), o cooperativismo agropecuário tem uma forte presença na região, sendo responsável pela organização da produção e comercialização de produtos agrícolas, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e para a geração de empregos no campo.

Além disso, as cooperativas de crédito também têm uma grande relevância para o desenvolvimento regional do Paraná, como destacam Cunha *et al.* (2016). Essas cooperativas atuam como facilitadoras do acesso ao crédito para pequenos e médios produtores rurais e empreendedores locais, contribuindo para o fortalecimento da economia regional e para a redução das desigualdades territoriais.

Portanto, pode-se concluir que o desenvolvimento regional do Paraná é um tema complexo e desafiador, que requer a adoção de políticas e estratégias específicas para cada região. As cooperativas têm um papel importante nesse processo, como indutoras do desenvolvimento econômico e social, além de contribuir para a redução das desigualdades regionais.

2.2 O cooperativismo paranaense

As cooperativas agrícolas e agroindustriais têm um papel importante na economia rural do Paraná, contribuindo para a geração de empregos, aumento da produção agrícola, valor agregado aos produtos, melhoria da infraestrutura local e desenvolvimento de novas

tecnologias. É possível correlacionar o crescimento das cooperativas com o aumento do índice de desenvolvimento regional em regiões onde elas estão presentes.

O crédito rural é uma importante ferramenta para o financiamento das atividades agropecuárias no Paraná, permitindo investimentos em infraestrutura, maquinário, insumos e tecnologias. O acesso ao crédito rural pode estar correlacionado com o desenvolvimento regional, uma vez que pode estimular o crescimento econômico, a modernização das atividades agrícolas e a geração de empregos nas áreas rurais do estado.

As cooperativas agropecuárias do Paraná podem ser beneficiadas pelo acesso ao crédito rural, uma vez que podem utilizar os recursos para financiar suas atividades produtivas, melhorar sua infraestrutura, ampliar sua capacidade de produção e exportação, e fortalecer sua competitividade no mercado. É possível correlacionar o volume de crédito rural captado pelas cooperativas com seu desempenho econômico e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

Além dos efeitos diretos, as cooperativas e o crédito rural também podem ter efeitos indiretos no desenvolvimento regional do Paraná, como o estímulo à formação de redes de cooperação, a promoção de inovação tecnológica, o fortalecimento do capital social e a melhoria do bem-estar social nas áreas rurais. Esses efeitos podem estar correlacionados com o índice de desenvolvimento regional em diferentes regiões do estado.

Neste sentido, o cooperativismo é uma importante ferramenta para o desenvolvimento regional do Paraná, contribuindo para a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais (LUNKES *et al.*, 2018).

3. Metodologia

Para o presente estudo foi utilizado como área de estudo todos os municípios do estado do Paraná (Figura 1). Segundo Oliveira (2019), quando se conhece os potenciais produtivos e as disparidades econômicas e sociais de todos os municípios, fica mais fácil subsidiar políticas de desenvolvimento local cujo objetivo é alavancar o potencial de cada espaço, principalmente daqueles municípios menos desenvolvidos, além de reduzir as desigualdades inter e intra municipais.

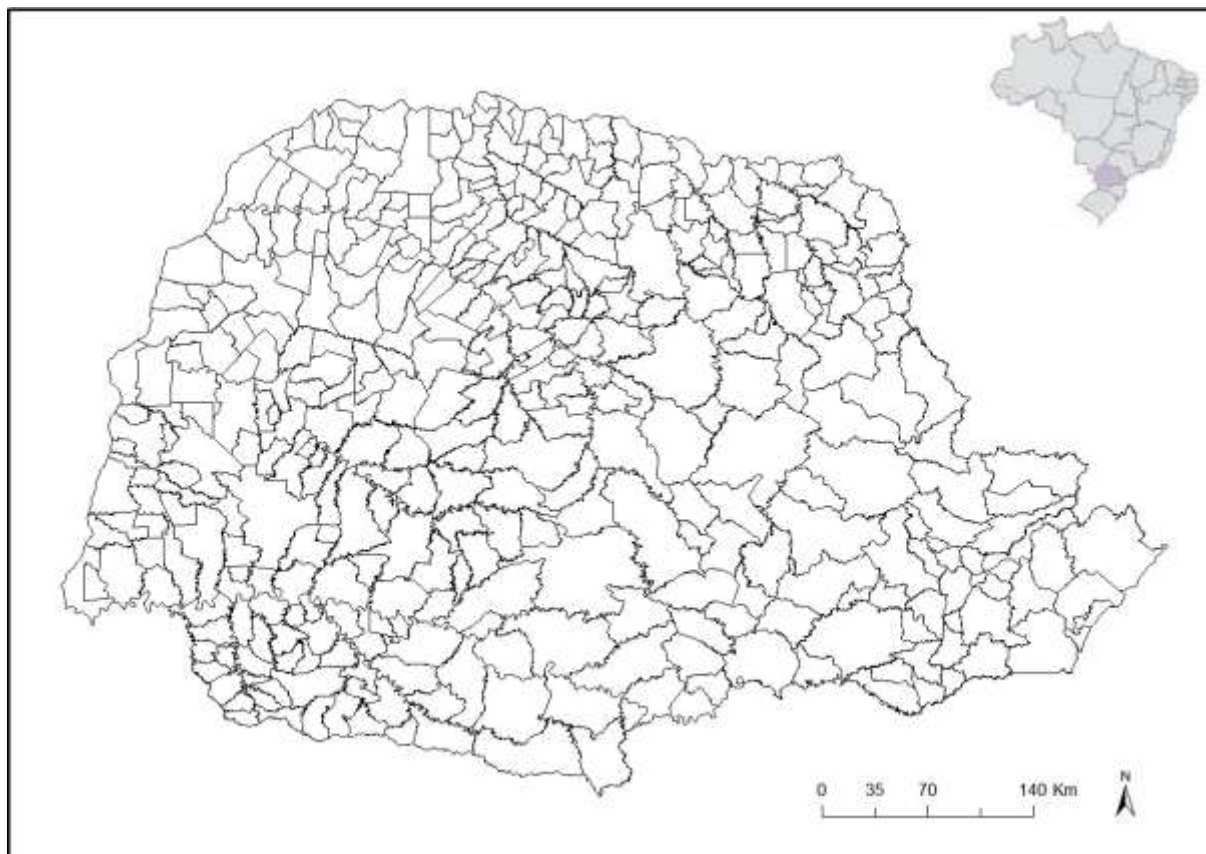


Figura 1 – Representação da espacial dos 399 Municípios do Estado do Paraná

Fonte: IBGE (2023), adaptado pelos autores.

Para a elaboração do Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) utilizado nesta análise, foi adotada a metodologia proposta por Gualda (1995), que considera uma série de dados sociais e econômicos e seu impacto sobre a dinâmica regional para estimar o perfil do desenvolvimento regional. O estudo de Oliveira (2005) foi utilizado como base metodológica complementar para a análise de alguns indicadores. A combinação dessas duas metodologias permitiu uma avaliação mais completa e abrangente do desenvolvimento regional no Paraná. Com base nesse conjunto de indicadores, foi possível identificar os municípios que mais avançaram em termos de desenvolvimento econômico e social, bem como aquelas que ainda apresentam desafios a serem superados.

Com relação ao levantamento dos dados, esta pesquisa se caracterizou como exploratória e descritiva, pois buscou a compreensão de fenômenos sociais e econômicos a partir da localização, avaliação e síntese dos dados e informações em determinado período de tempo e espaço. Os dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná (SEFAZ) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). O elemento de estudo concentrou-se nos 399 municípios do Estado do Paraná, correspondente aos anos de 2010 e 2020. A escolha de dois períodos distintos permitiu avaliar o comportamento e suas respectivas modificações.

O índice de participação da variável W_i do município “ i ” (P) e o índice da variável W_i do município “ i ” (IPW_i) foram estimados por meio das Equações (01) e (02).

$$P = \frac{Wi}{\sum Wi} \quad (01)$$

Em que:

P = Participação de cada Município;

Wi = é o valor da variável no município;

$\sum Wi$ = corresponde ao valor total do Estado.

$$IPWi = \frac{Wi - Wmin}{Wmax - Wmin} \quad (02)$$

Em que:

IPWi = índice da variável W do município i;

Wi = participação da variável W do município i;

Wmin = fator que corresponde à participação do município com o menor valor; e

Wmax = é a participação do município com o maior valor;

Os indicadores parciais (social e econômico) foram estimados da seguinte maneira:

$$IS_i \text{ ou } IE_i = (x_1 * p_1 + x_2 * p_2 + \dots + x_n * p_n) \quad (03)$$

Em que:

IS_i = Indicador parcial social;

IE_i = Indicador parcial econômico;

x_{1,2,...,n} = Variáveis identificadas;

p_{1,2} = São os pesos atribuídos para cada indicador.

Assim, tem-se:

$$IS_i = (Pop. Urb. * 0,10 + Pop. Rur. * 0,10 + AA * 0,2 + MEB * 0,2 + EE * 0,2 + SAÚDE * 0,2) \quad (04)$$

$$IE_i = (EF * 0,2 + VBP * 0,1 + PIB * 0,2 + FPM * 0,2 + PIBpc * 0,1 + EMP * 0,2) \quad (05)$$

Em que:

Pop. Urb. = População Urbana do município i; **Pop. Rur.** = População rural do município i; **AA** = Abastecimento de água do município i; **MEB** = Matrículas na Educação Básica do município i; **EE** = Consumo de Energia Elétrica do município i; **SAÚDE** = Estabelecimentos de Saúde - Total; **EF** = Emprego formal; **VBP** = Valor Bruto da Produção; **PIB** = Produto Interno Bruto; **FPM** = Fundo de participação municipal; **PIB pc** = PIB per capita; **EMP** = Empregos (RAIS) - Total;

Após as estimativas, o IDR é calculado conforme os resultados das Equações (04) e (05) estabelecendo os seus respectivos pesos de acordo com a Equação (06). Foi dado maior peso para o indicador econômico (0,6), pois o município com melhor situação econômica possui melhores condições para investir em infraestrutura básica, sem contar com a capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social (0,4).

$$IDR_i = (IS_i * 0,4) + (IE_i * 0,6) \quad (06)$$

O cálculo do IDR permitirá classificar o desempenho local e criar um *ranking* de desenvolvimento regional. Em outras palavras, o método permite identificar o IDR dos municípios, de maneira que as localidades que se concentrarem nas extremidades da classificação receberão pontuação igual a um (máximo) ou igual a zero (mínimo). A Tabela 1 apresenta as classificações de desempenho, conforme os intervalos estabelecidos neste estudo.

Tabela 1. Escala de desempenho do Índice de Desenvolvimento Regional - IDR

Classificação de desempenho	Intervalos de IDR
Municípios Polos	1,0 a 0,1
Municípios Intermediários	0,099 a 0,050
Municípios Retardatários	0,049 a 0,00

Fonte: Ferrera de Lima *et al.* (2012), Rodrigues e Ferrera de Lima (2013), adaptado pelos autores.

Os municípios que apresentam um Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) igual ou superior a 0,1 são classificados como municípios polos de desenvolvimento regional, indicando uma dinâmica na sua base produtiva com potencial de crescimento. Aqueles cujo IDR está no intervalo entre 0,099 e 0,050 são considerados intermediários, apresentando uma estrutura econômica e social em crescimento, embora sua dinâmica seja inferior à dos municípios polos, pois ainda assim conseguem atrair recursos e renda dos municípios retardatários. Por outro lado, os municípios com IDR abaixo de 0,050 são classificados como retardatários, pois não apresentam capacidade para implementar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico, tendo dificuldades em reter ou atrair recursos para assegurar as condições mínimas de um processo de desenvolvimento regional (GUALDA, 1995; 2003; FERRERA DE LIMA *et al.*, 2012; RODRIGUES; FERRERA DE LIMA, 2013).

4. Resultados e Discussões

O Paraná é um estado que apresenta uma forte presença do setor agropecuário em sua economia, com destaque para a produção de grãos, carnes e produtos derivados. Essa atividade é responsável por grande parte da geração de emprego e renda em diversos municípios do estado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento regional.

Além disso, o Paraná também possui uma indústria diversificada e desenvolvida, com forte presença nos setores automotivo, alimentício, metalúrgico e madeireiro. Essa diversificação econômica possibilita uma distribuição mais equilibrada de riquezas entre os municípios, uma vez que a concentração em apenas um setor produtivo pode levar a uma dependência econômica excessiva e, consequentemente, a uma maior vulnerabilidade em momentos de crise.

Os municípios paranaenses são heterogêneos em termos de desenvolvimento regional, apresentando diferentes níveis de crescimento e dinâmicas econômicas.

O cooperativismo é outra importante forma de desenvolvimento regional presente no Paraná, sendo responsável por grande parte do crédito rural obtido pelos produtores locais. As cooperativas agropecuárias do estado têm grande representatividade no cenário nacional, contribuindo para a produção e comercialização de produtos agrícolas e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor.

4.1 Indicador Social Parcial do Estado do Paraná

A análise dos resultados do indicador social dos 399 municípios do Estado do Paraná demonstrou que, em 2010, havia sete municípios classificados como polos, a saber: Curitiba, a capital, com o melhor indicador social (0,899), seguido de Londrina (0,235), Maringá (0,181), Ponta Grossa (0,146), Cascavel (0,122), São José dos Pinhais (0,121) e Foz do Iguaçu (0,105). Do total de municípios, 1,75% foram classificados como polos de desenvolvimento, 2,01% como municípios intermediários e 96,20%, como municípios retardatários.

A classificação dos municípios em polos de desenvolvimento, intermediários e retardatários tem como base o indicador social, que leva em consideração diversos aspectos como a população, a escolaridade, estabelecimentos de saúde, entre outros. A partir dos resultados obtidos, pode-se argumentar que a concentração dos polos de desenvolvimento em apenas sete municípios pode ser explicada por fatores históricos, políticos e econômicos.

Primeiramente, para o ano de 2010, a capital Curitiba, como centro político e econômico do estado, apresenta indicadores sociais superiores aos demais municípios, o que justifica sua posição como polo de desenvolvimento. Além disso, Curitiba tem investido em políticas públicas inovadoras, como o transporte coletivo e a gestão de resíduos, o que tem atraído investimentos e contribuído para o desenvolvimento da cidade.

Em relação aos demais municípios classificados como polos de desenvolvimento, como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, São José dos Pinhais e Foz do Iguaçu, pode-se destacar suas características geográficas e econômicas como fatores determinantes. Essas cidades possuem uma posição estratégica em relação aos grandes centros urbanos, o que as torna importantes polos logísticos e industriais. Além disso, a presença de recursos naturais, como a produção agropecuária em Cascavel e a atividade turística em Foz do Iguaçu, também contribui para o desenvolvimento dessas cidades.

Por outro lado, a grande maioria dos municípios do estado do Paraná foram classificados como retardatários, o que reflete a desigualdade social e econômica presente no estado. Esses municípios apresentam indicadores sociais mais baixos e possuem menor capacidade de atração de investimentos e geração de empregos, o que contribui para o agravamento da situação de pobreza e desigualdade nessas regiões.

Portanto, a concentração dos polos de desenvolvimento em apenas sete municípios no Paraná pode ser explicada por uma combinação de fatores históricos, políticos e econômicos, como a posição estratégica dessas cidades em relação aos grandes centros urbanos, a presença de recursos naturais e a implementação de políticas públicas inovadoras.

Em 2020, havia apenas um município classificado como polo, a saber: Curitiba, a capital, com o melhor indicador social (0,813). Do total de municípios, 0,25% foram classificados como polos de desenvolvimento, 3,26% como municípios intermediários e 96,49%, como municípios retardatários.

Como justificativa da redução significativa do número de municípios polos de 2010 (sete) para 2020 (apenas um), pode-se citar a crise econômica que ocorreu em 2020 com a pandemia da COVID-19, que impactou fortemente a economia dos municípios, especialmente daqueles que dependem de setores mais afetados pela crise, como turismo e comércio. Isso pode ter afetado negativamente os indicadores sociais e econômicos desses municípios, diminuindo sua posição no *ranking* de desenvolvimento regional. A mudanças no perfil econômico ao longo do tempo pode tornar municípios menos competitivos em relação a outros e, consequentemente, classificar o município numa categoria mais inferior.

4.2 Indicador Econômico Parcial do Estado do Paraná

A análise dos resultados do indicador econômico dos 399 municípios do Estado do Paraná demonstrou que, em 2010, havia seis municípios classificados como polos, a saber: Curitiba, a capital, com o melhor indicador econômico (0,900), seguido de Londrina (0,174), São José dos Pinhais (0,153), Maringá (0,146), Cascavel (0,105) e Ponta Grossa (0,098). Do total de municípios, 1,50% foram classificados como polos de desenvolvimento, 1,50% como municípios intermediários e 96,99%, como municípios retardatários.

Os 387 municípios em estágio retardatário estão espalhados em todas as regiões do Paraná. Já os municípios intermediários estão distribuídos na região Oeste (Foz do Iguaçu e Toledo), Metropolitana (Pinhais, Araucária e Colombo) e Centro Sul (Guarapuava).

Segundo Andrade *et al.* (2013), o desenvolvimento econômico de um município está diretamente relacionado com a presença de uma infraestrutura adequada, incluindo estradas, comunicações e energia elétrica, que facilitam a atração de investimentos e a oferta de serviços. Por isso, é possível inferir que os municípios classificados como polos de desenvolvimento apresentam uma infraestrutura mais desenvolvida, o que acaba por atrair mais investimentos e gerar mais empregos.

Além disso, segundo Pereira e Ferreira (2012), a presença de um parque industrial consolidado pode ser um fator chave para o desenvolvimento econômico de um município, pois gera empregos e renda, além de impulsionar o comércio local. Nesse sentido, a presença de um parque industrial mais robusto em municípios como Curitiba, Londrina, São José dos Pinhais, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa pode explicar, em parte, o fato deles serem classificados como polos de desenvolvimento.

Por outro lado, segundo Rocha (2010), a ausência de políticas públicas adequadas pode ser um fator limitante para o desenvolvimento econômico de um município, especialmente em áreas rurais e periféricas. Por esta razão, é possível inferir que os municípios classificados como retardatários podem ter sido prejudicados pela falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local.

Em 2020, seis municípios foram classificados como polos, a saber: Curitiba, a capital, com o melhor indicador econômico (0,722), Londrina (0,160), Maringá (0,153), São José dos Pinhais (0,119), Cascavel (0,115) e Ponta Grossa (0,108). Do total de municípios, 1,50% foram classificados como polos de desenvolvimento, 1,25% como municípios intermediários (Foz do Iguaçu, Araucária, Toledo, Guarapuava e Paranaguá) e 97,24%, como municípios retardatários.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2012), a localização geográfica pode influenciar o desenvolvimento econômico de um município, uma vez que o acesso a mercados e a infraestrutura de transporte são fatores importantes para a atração de investimentos e a oferta de serviços. Desse modo, Foz do Iguaçu, um dos municípios classificados como intermediário, é uma cidade fronteira que possui um intenso fluxo de turistas e uma localização estratégica para o comércio internacional.

Já Araucária, outro município intermediário, tem como principal destaque sua posição geográfica próxima à capital, Curitiba, o que a torna um importante polo logístico e industrial da região metropolitana. Conforme aponta Oliveira *et al.* (2017), a presença de um setor industrial significativo é um fator relevante para o desenvolvimento econômico de um município, uma vez que pode gerar empregos e renda para a população local.

Toledo, outro município classificado como intermediário, é uma cidade que se destaca pela produção agropecuária, especialmente de aves e suínos, além de ser o município do estado com o maior Valor Bruto da Produção, e acordo com os dados do Departamento de Economia Rural do Estado. Conforme salienta Carvalho *et al.* (2019), a presença de recursos naturais e a

atividade agropecuária podem ser fatores determinantes para o desenvolvimento econômico de um município, uma vez que podem gerar empregos e renda para a população local.

Guarapuava, por sua vez, é uma cidade que possui um setor industrial diversificado, com destaque para a produção de alimentos, móveis e equipamentos agrícolas. Segundo Andrade *et al.* (2013), a diversificação do setor industrial é um fator importante para o desenvolvimento econômico de um município, uma vez que reduz a dependência de um único setor econômico e aumenta a resiliência da economia local.

Por fim, Paranaguá é uma cidade que se destaca pelo seu porto, que é o segundo mais movimentado do país em termos de movimentação de cargas. Segundo Rocha (2010), a presença de um porto pode ser um fator determinante para o desenvolvimento econômico de uma cidade, uma vez que pode facilitar a exportação de produtos locais e a importação de insumos e produtos acabados.

A partir da análise dos indicadores parciais passa-se para a análise do Índice de Desenvolvimento Regional, possibilitando a identificação e classificação dos municípios do Paraná de acordo com as suas características individuais sociais e econômicas, em polos, intermediário e retardatário e, assim, demonstrar o desempenho de desenvolvimento regional do Estado do Paraná, durante os anos 2010 e 2020. Os resultados serão apresentados na seção seguinte.

4.3 Indicador de Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná

O Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) foi construído a partir dos indicadores sociais e econômicos e representa o grau de desenvolvimento dos municípios paranaense. Uma vez estimado o IDR para cada município, foi possível classificá-los segundo a escala de desempenho (Tabela 1). Sendo assim, em 2010, dos 399 municípios do Estado do Paraná, seis deles foram classificados como municípios polos, a saber: Curitiba, Londrina, Maringá, São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Cascavel. Sete municípios intermediários: Foz do Iguaçu, Araucária, Guarapuava, Toledo, Colombo, Paranaguá e Pinhais. E os demais municípios (386), classificaram-se como retardatários.

A seguir tem-se a distribuição dos índices dos 20 municípios mais bem classificados. Entretanto, considerando que o município de Curitiba é um *outlier*, pois seu IDR (0,900) superou significativamente dos demais, foi excluído da representação para melhor visualização da distribuição dos demais.

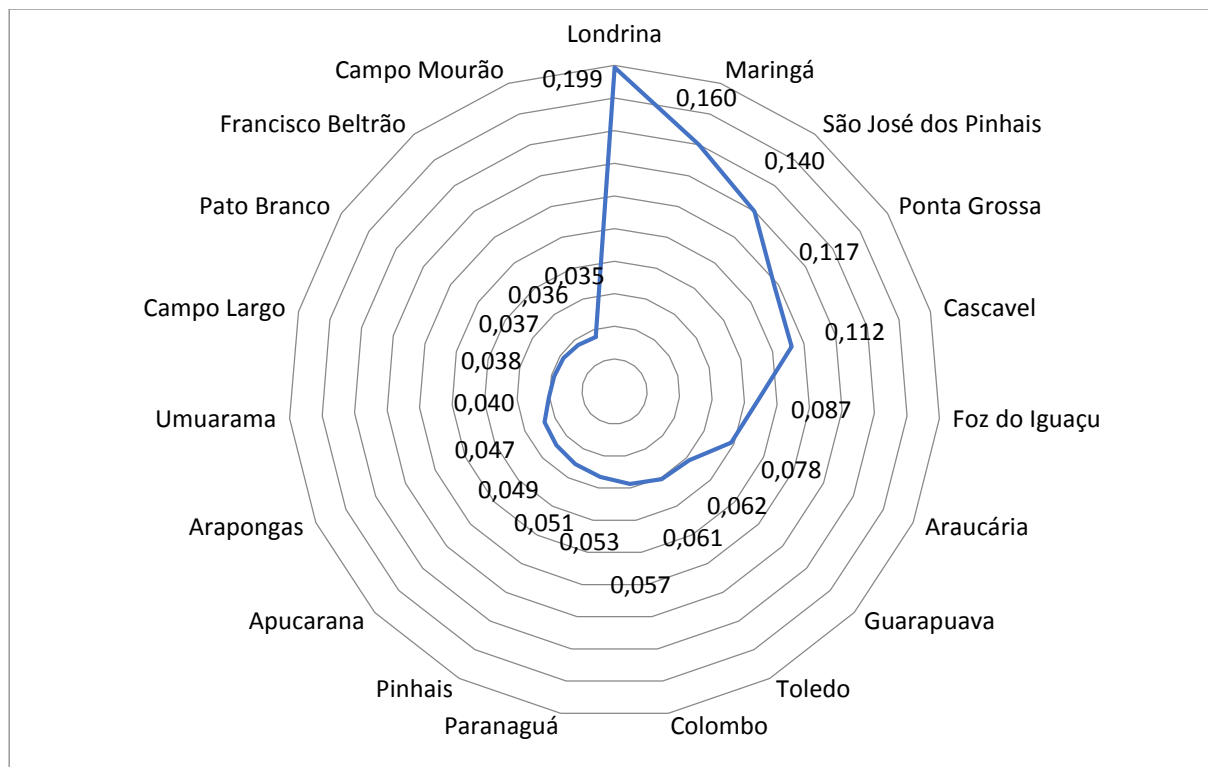


Figura 2: Amostra da Distribuição dos valores do Índice de Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná para o ano de 2010.

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2023.

Em 2020, sete municípios polos foram identificados. O município de Foz do Iguaçu se juntou com aqueles que já apareciam em 2010. Já nos municípios intermediários apenas cinco municípios se classificaram com este desempenho, sendo eles: Toledo, Araucária, Guarapuava, Paranaguá e Colombo. Os demais municípios, 387, se classificaram como municípios retardatários. É de extrema importância destacar que todo município que se classifica com este desempenho é resultado da metodologia e variáveis usadas e que eles são retardatários quando comparados entre eles. Ou seja, considerando apenas as variáveis propostas, *ceteris paribus*, para identificar o IDR, estes municípios classificaram-se com tal desempenho.

O município de Curitiba, em 2020, continua se destacando significativamente e assumindo a liderança perante aos demais. Neste sentido, a representação para melhor visualização da distribuição dos 20 melhores colocados, foi excluído a Capital Estadual.

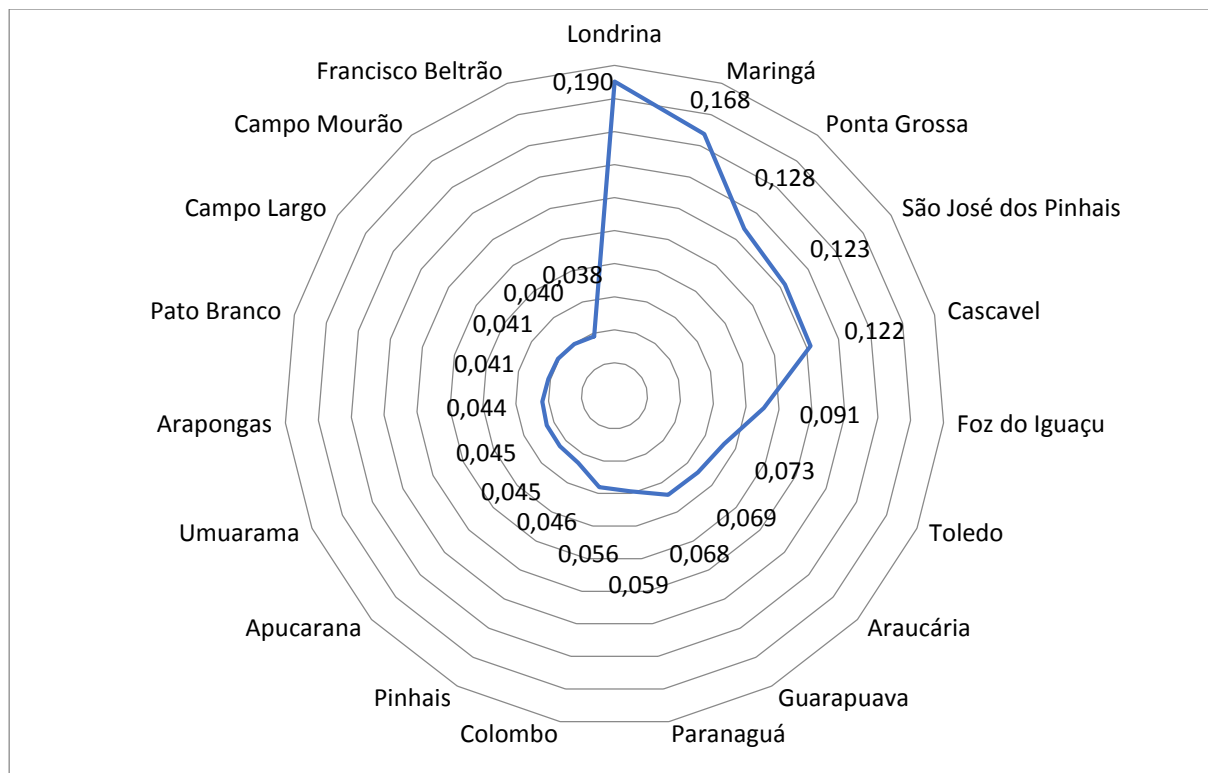


Figura 3: Amostra da Distribuição dos valores do Índice de Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná para o ano de 2020.

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2023.

Em resumo, a Figura 4 apresenta o resultado da distribuição do índice da classificação do Desenvolvimento Regional nos 20 municípios melhores classificados do Estado do Paraná, durante os anos 2010 e 2020. Conforme foi apresentado na análise e corroborado com as Figura 2 e 3, em ambos os anos, quando analisado o IDR houve uma pequena alteração quanto ao percentual de municípios polos, intermediário e retardatário. Sendo 1,5%, 1,75% e 96,74% em 2010 e 1,75%, 1,25% e 96,99% em 2020, respectivamente.

É importante destacar que para ambos os anos analisados (2010 e 2020) os vinte primeiros municípios classificados no *ranking* de desempenho do IDR foram os mesmos, excluindo Curitiba por se destacar positivamente, porém com alteração de ordem entre eles.

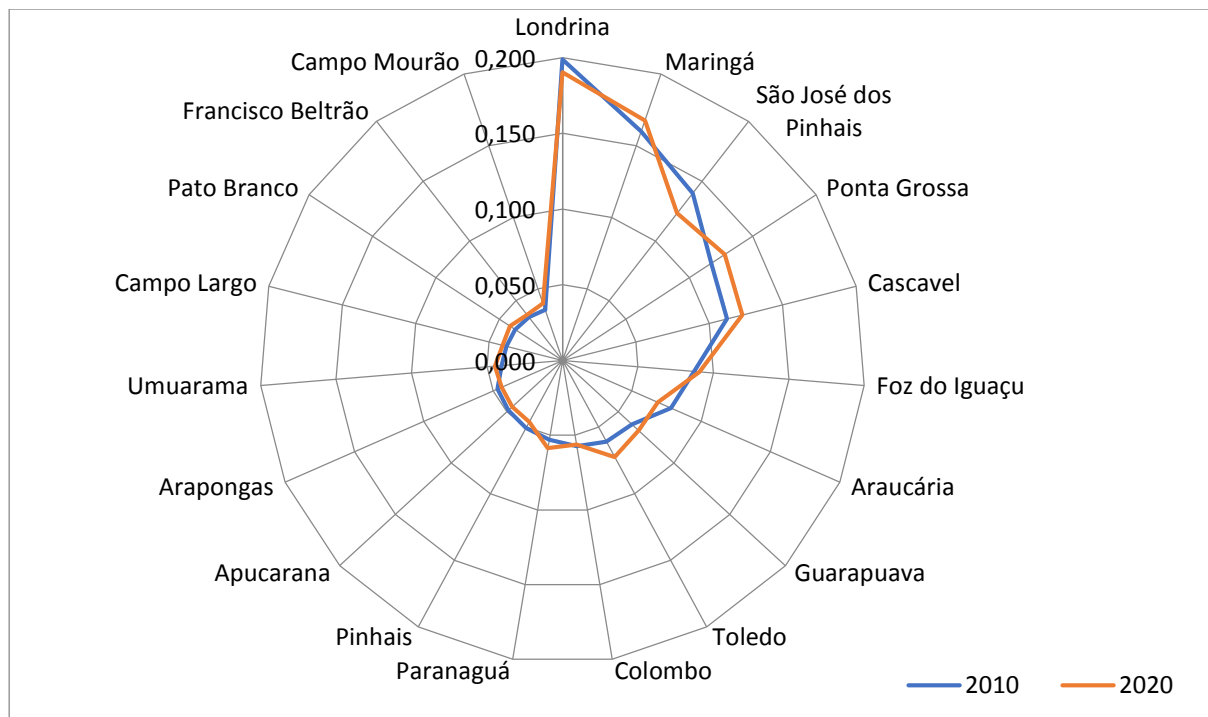


Figura 4: Amostra da Distribuição dos valores do Índice de Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná para o ano de 2010 e 2020.

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2023.

O Indicador de Desenvolvimento Regional dos municípios do Paraná é uma medida que avalia o desenvolvimento socioeconômico de diferentes regiões do estado. Esse indicador leva em consideração diversos fatores, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, a taxa de desemprego, a taxa de escolaridade, o acesso a serviços de saúde, entre outros.

O objetivo do indicador é fornecer uma visão abrangente e comparativa do nível de desenvolvimento das diversas regiões do estado, permitindo identificar desigualdades e desafios a serem enfrentados para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável em todo o território paranaense.

Os resultados do Índice de Desenvolvimento Regional dos municípios do Paraná podem ser utilizados por gestores públicos, empresas e sociedade civil para orientar a tomada de decisões e o planejamento de políticas públicas e/ou privadas voltadas para o desenvolvimento regional.

4.4 Cooperativismo: Indutor do Desenvolvimento Regional Paranaense

Segundo a Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), entidade que atua na defesa dos interesses do sistema cooperativista paranaense, as cooperativas agropecuárias participam com cerca de 65% da produção de grãos e 45% da produção de carnes e produtos lácteos. Além disso, existem 11 indústrias de azeite de soja, 10 moinhos de trigo, 3 indústrias de milho, 1 indústria de malte, 3 indústrias de café torrado, 3 indústrias de fiação de algodão, 30 indústrias de ração, 13 indústrias de carne de frango (matadouro), 4 indústrias de carne suína (matadouro), 3 indústrias pesqueira (tilápia), 5 indústrias de fertilizantes e 8 indústrias de leite e laticínios no Paraná.

Entre os anos de 2010 a 2020, a Ocepar representava mais de 200 cooperativas dos sete ramos que atua, a saber: Agropecuário, Crédito, Transporte, Saúde, Infraestrutura, Consumo e

Educação. Todos esses ramos somavam em 2010 um total de 1,24 milhões de cooperados e, em 2020, 1,76 milhões, um aumento de 30% de cooperados. O sistema empregava, em 2010, 67 mil funcionários, passando a empregar cerca de 109 mil, em 2020. A possível justificativa do crescimento constante deste setor está diretamente atrelada a cultura cooperativista, a diversificação das atividades, a busca pela excelência e o ambiente favorável.

A política pública disponibilizada pelo Governo Federal, através do Plano Safra favorece o setor cooperativista do Paraná por meio do acesso a recursos financeiros e condições favoráveis de crédito, o que permite que as cooperativas possam investir em sua infraestrutura, na modernização de suas operações e na ampliação de seus negócios. A Figura 5, apresenta a evolução do montante de recursos disponibilizados no Brasil nos últimos Planos Safra.

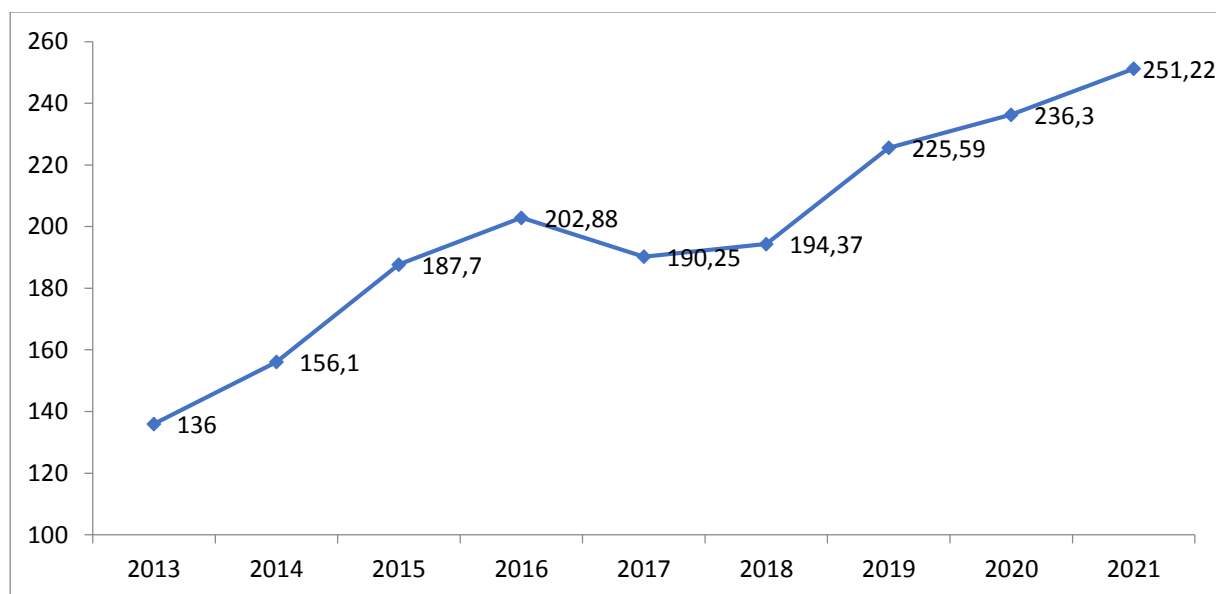


Figura 5 – Montante de Crédito Rural disponibilizado no Brasil via Plano Safra - 2013-2021 (R\$ bilhões¹)

Fonte: BCB, (2023).

Nota:¹Preços nominais.

As cooperativas agropecuárias têm um papel de grande importância no desenvolvimento regional dos municípios paranaenses. Nos últimos Planos Safra, que compreendem o período entre 2013/14 e 2021/22, essas cooperativas captaram um total de R\$ 90,8 bilhões em crédito rural, o que equivale a 5,4% do total disponibilizado em todo o país. Considerando-se apenas a participação das cooperativas do Paraná no montante total captado pelas cooperativas brasileiras nesse período, verifica-se que elas foram responsáveis por cerca de 38% desse valor (R\$ 239,3 bilhões). Além disso, segundo o relatório do Banco Central, é importante destacar que aproximadamente R\$ 39,3 bilhões desse montante foram destinados a investimentos e industrialização. Esses números evidenciam o importante papel do cooperativismo, apoiado por políticas públicas de crédito rural, no desenvolvimento regional dos municípios e do estado. A seguir, na Figura 6, é possível analisar a evolução de recursos captados pelas cooperativas agropecuárias paranaenses.

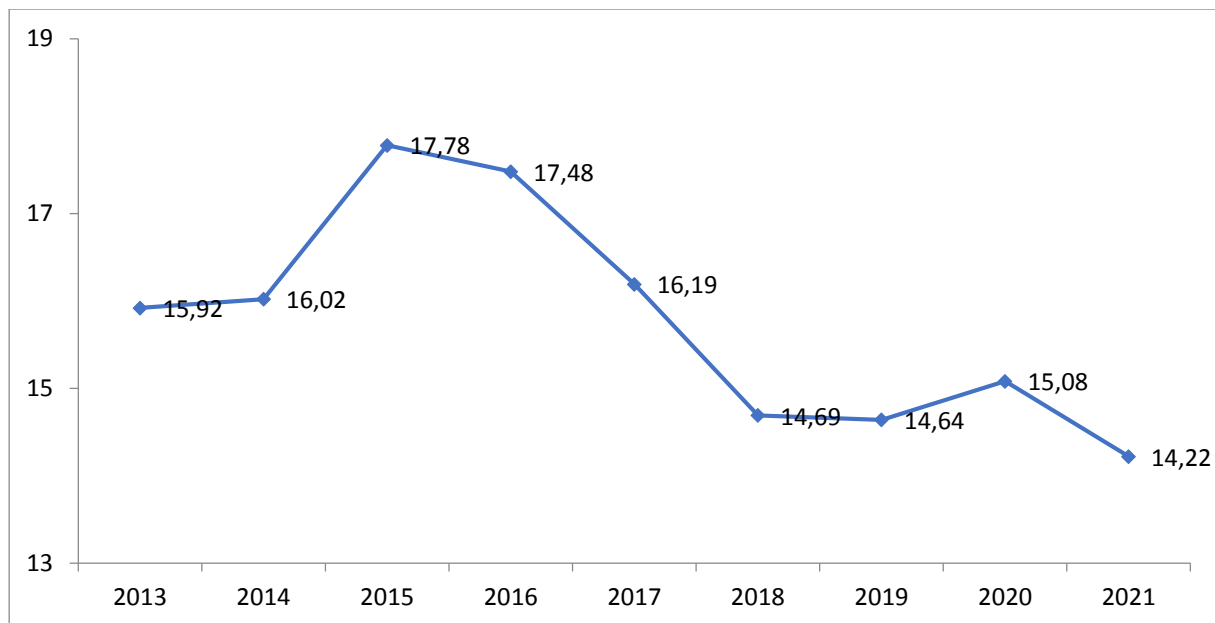


Figura 6 – Participação (%) do Paraná na captação de Crédito Rural disponibilizado no Brasil via Plano Safra – 2013 a 2021

Fonte: BCB, (2023).

As cooperativas de crédito possuem um papel fundamental nessas localidades, oferecendo serviços bancários e financeiros essenciais para os moradores, como empréstimos, depósitos, investimentos e serviços de pagamento. Além disso, as cooperativas de crédito também desempenham um importante papel de desenvolvimento local, contribuindo para a geração de empregos, para o fortalecimento da economia regional, além de proporcionar acesso ao crédito rural entre outras operações, principalmente no caso de 118 municípios do Paraná, segundo o Banco Central, que consta apenas com a cooperativa de crédito rural como instituição financeira.

O cooperativismo paranaense tem um papel fundamental como indutor de desenvolvimento regional, visto que as cooperativas têm uma forte presença em diversas regiões do estado, contribuindo para a geração de empregos, renda e desenvolvimento econômico e social.

As cooperativas paranaenses, independente do ramo, são responsáveis por uma significativa parcela da produção agropecuária do estado, sendo que muitas delas têm sua origem em pequenas propriedades rurais, o que demonstra a importância do cooperativismo para o desenvolvimento da agricultura familiar e a inclusão de pequenos produtores no mercado. Ademais, também tem uma forte presença em outros setores econômicos, como crédito, saúde, educação e turismo, contribuindo para a diversificação da economia e para o fortalecimento de diversas regiões do estado.

Portanto, o cooperativismo paranaense destaca-se como um importante agente que produz externalidades positivas de desenvolvimento regional, promovendo a geração de riqueza, empregos e qualidade de vida para as comunidades em que está inserido. Como afirmam Galdino *et al.* (2019), Vieira *et al.* (2017) e Silva *et al.* (2015), a presença de cooperativas tem forte correlação com os indicadores socioeconômicos positivos dos municípios paranaenses, evidenciando ainda mais a importância do cooperativismo para o desenvolvimento regional do estado.

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar se as cooperativas paranaenses influenciam o desenvolvimento regional, a partir da análise das externalidades positivas geradas por essas organizações na região. Para tanto, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento Regional (IDR) como medida de avaliação do desempenho dos municípios e foram apresentadas as principais ações das cooperativas do ramo agropecuário e de crédito, a fim de identificar suas contribuições para o desenvolvimento regional. A partir dos resultados encontrados, pode-se concluir que as cooperativas paranaenses têm um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e social da região.

Os resultados obtidos neste estudo evidenciaram que as cooperativas paranaenses influenciam positivamente na melhoria do Índice de Desenvolvimento Regional dos municípios em que estão presentes, corroborando com estudos anteriores que apontam o cooperativismo como um instrumento para o desenvolvimento regional. Além disso, foi possível identificar que as cooperativas do ramo agropecuário e de crédito são as que mais contribuem para o desenvolvimento regional, por meio da geração de emprego e renda, fortalecimento da economia local e promoção da inclusão social.

Outro ponto importante que deve ser destacado é que as cooperativas paranaenses também têm um papel relevante na promoção da sustentabilidade ambiental, uma vez que muitas delas têm adotado práticas de produção mais sustentáveis e investido em programas de preservação ambiental. Esse compromisso com a sustentabilidade é essencial para o desenvolvimento regional, pois contribui para a preservação dos recursos naturais da região e para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Dessa forma, conclui-se que o cooperativismo paranaense é de fato um indutor do desenvolvimento regional, promovendo a geração de emprego e renda, fortalecimento da economia local, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Assim, os resultados deste estudo reforçam a importância das cooperativas como agentes de transformação social e econômica, e destacam a necessidade de políticas públicas que incentivem e fortaleçam o cooperativismo como uma forma de organização econômica e social.

Apesar dos resultados positivos encontrados neste estudo, ainda existem lacunas a serem preenchidas na compreensão do papel das cooperativas no desenvolvimento regional. Sendo assim, é recomendável que sejam realizados outros estudos sobre o tema, com o intuito de aprofundar a análise das externalidades positivas geradas pelas cooperativas em outras regiões e setores da economia. Além disso, é importante investigar como as políticas públicas podem ser mais efetivas na promoção do cooperativismo e no fortalecimento dessas organizações como agentes de desenvolvimento regional. Com isso, será possível ampliar o conhecimento sobre o impacto das cooperativas no desenvolvimento regional e aprimorar as estratégias para o seu fortalecimento.

Referências bibliográficas

ANDRADE, J. (2010). **Desenvolvimento regional: uma perspectiva econômica**. Editora Atlas.

ANDRADE, J. O. *et al.* A relação entre infraestrutura e desenvolvimento econômico dos municípios no Estado de Minas Gerais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 193-208, 2013.

- ANDRADE, M. A., Lima, A. L. S., & Silva, D. L. (2013). Determinantes do desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros: Uma análise empírica. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 11, n. 2, 189-209.
- BERCOVITZ, J., García-Canal, E., & Álvarez-González, L. I. (2015). Cooperativas como alternativa empresarial en tiempos de crisis. **Revista de Economía Mundial**, v. 39, 59-75.
- CARVALHO, P. M. P., Barros, M. B. de, & Haddad, E. A. (2019). Determinantes do desenvolvimento econômico municipal no estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 136, 43-58.
- CUNHA, M. A., Brito, G. A., & Lima, C. R. (2016). Cooperativismo de crédito: Uma análise do papel das cooperativas de crédito no desenvolvimento econômico e social das regiões brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 7, n. 1, 90-106.
- CUSTÓDIO, A. B., Tocchetto, M. R., & Nodari, C. H. (2018). Cooperativismo e desenvolvimento regional no Paraná. **Revista de Políticas Públicas & Políticas Sociais**, v. 21, 105-118.
- FERRERA DE LIMA, L. P. et al. Desenvolvimento regional: uma revisão teórica. **Perspectiva Econômica**, v. 3, n. 2, p. 103-116, 2012.
- GALDINO, E. F. et al. Cooperativas de crédito, desenvolvimento e inclusão financeira no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 209-226, 2019.
- GUALDA, E. E. A. **Desenvolvimento Regional: uma abordagem Geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- GUALDA, E. E. A. **Planejamento regional**. São Paulo: Hucitec, 2003.
- HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- LUNKES, R. J. et al. O cooperativismo como fator de desenvolvimento regional no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 39, n. 139, p. 9-20, 2018.
- OLIVEIRA, V. M. R. et al. (2017). Fatores que influenciam no desenvolvimento econômico: análise em municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 224-245, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rgbdr/article/view/1398>. Acesso em: 08 abr. 2023.
- PEREIRA, H. C.; FERREIRA, R. O papel do parque industrial no desenvolvimento regional: uma análise a partir do Paraná. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 261-282, 2012.
- REIS, D. R., de Oliveira, P. R., & Souza, L. L. (2018). Cooperativismo e desenvolvimento regional: uma análise a partir das cooperativas de crédito. **Revista de Economia Regional**, v. 28, n. 1, 119-134.
- REIS, G. G. dos, & Martins, R. (2018). Desenvolvimento regional e políticas públicas no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista de Desenvolvimento Econômico do Paraná**, v. 30, n. 55, 139-158.
- RIBEIRO, L. C. et al. Desenvolvimento econômico e fatores geográficos: análise comparativa entre Brasil e Portugal. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 6, n. 2, p. 49-66, 2012.

- ROCHA, H. C. Porto e desenvolvimento regional: o caso de Paranaguá. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 119, p. 91-104, 2010. Disponível em: <http://revistas.unoeste.br/index.php/rpd/article/view/661/507>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- ROCHA, L. C. Políticas públicas e desenvolvimento local: uma análise a partir de estudos de caso no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 35, p. 165-193, 2010.
- RODRIGUES, J. F.; FERRERA DE LIMA, L. P. Desenvolvimento regional: fundamentos e abordagens. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 3, p. 473-494, 2013.
- SANTOS, C. S., de Oliveira, L. A., & Barros, M. L. B. (2017). Cooperativas agropecuárias e desenvolvimento regional: uma análise a partir da região oeste do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 2, 303-318.
- SILVA, R. A. et al. Cooperativismo e desenvolvimento regional no Paraná: uma análise dos municípios com maiores IDRs. In: **Anais do Encontro Nacional de Economia**, v. 15, n. 29, 2015.
- SOUZA, C. (2015). **Desenvolvimento regional: conceitos, métodos e práticas**. Editora Senac São Paulo.
- SOUZA, J. Desenvolvimento regional: uma análise crítica das abordagens teóricas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 15-28, 2015.
- TOCCHETTO, F. F., & Custódio, J. P. (2018). Desenvolvimento regional e estrutura produtiva: um estudo da região sul do Brasil. **Revista de Economia Regional**, v. 24, n. 2, 51-74.
- TORRE, A. Territórios e desenvolvimento regional: novas tendências e velhos desafios. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 13-28, 2012.
- TORRE, H. (2012). **Desenvolvimento regional: conceitos e práticas**. Editora Atlas.
- VIEIRA, F. M. et al. O papel das cooperativas agropecuárias no desenvolvimento regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 32, n. 117, p. 107-120, 2017.